



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DE 2014 DAS
CÂMARAS DE GRADUAÇÃO E DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Chapecó-SC, 12 de setembro de 2014

1 Aos doze dias de setembro de dois mil e quatorze, às nove horas, no Auditório
2 Bom Pastor, *Campus* Chapecó, foi realizada por videoconferência, a 2ª
3 Reunião Extraordinária Conjunta das Câmaras de Graduação (CGRAD) e de
4 Pesquisa e Pós-graduação (CPPG), do Conselho Universitário – CONSUNI da
5 Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, presidida pelo Professor João
6 Alfredo Braida - Presidente da Câmara de Graduação e acompanhada pelo
7 professor Joviles Vitório Trevisol – Presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-
8 graduação. **Fizeram-se presentes à sessão os seguintes conselheiros:**
9 Edemar Rotta, Diretor do *Campus* Cerro Largo e José Oto Konzen, Diretor do
10 *Campus* Realeza. **Representantes Docentes:** Clóvis Alencar Butzge (*Campus*
11 Realeza), James Berto (Suplente *Campus* Chapecó), Rosane Rossato Binotto
12 (*Campus* Chapecó), Thiago Ingrassia Pereira (*Campus* Erechim), Márcio do
13 Carmo Pinheiro (*Campus* Cerro Largo), Martinho Machado Júnior (*Campus*
14 Laranjeiras do Sul), Lívio Osvaldo Arenhart (*Campus* Cerro Largo), Vicente
15 Neves da Silva Ribeiro (*Campus* Chapecó), Cladir Teresinha Zanotelli
16 (*Campus* Laranjeiras do Sul) e Felipe Matos Monteiro (*Campus* Laranjeiras do
17 Sul). **Representante dos STAs:** Ronaldo Cesar Darós (*Campus* Cerro Largo)
18 e Giuliano Kluch (*Campus* Laranjeiras do Sul). **Não compareceu e justificou**
19 **ausência a conselheira:** Camila Elizandra Rossi (*Campus* Realeza). **Não**
20 **compareceram e não justificaram ausência:** Paulo Monteiro Nunes
21 (Representante Docente *Campus* Chapecó), Tiago Prestes (Representante
22 Discente *Campus* Laranjeiras do Sul), Junior Kloh (Representante Discente
23 *Campus* Chapecó), Jucimara Meotti Araldi (Representante Comunidade
24 Externa – Estado SC), Daniel Francisco de Bem (Representante Docente
25 *Campus* Erechim), Marcos Antonio Beal (Representante Docente *Campus*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

26 Realeza). Também fizeram-se presentes à reunião: prof. Antônio Inácio
27 Andrioli (Vice-reitor), prof. Fernando Perobelli Ferreira (Diretor de Pesquisa),
28 prof. José Carlos Radin (Diretor de Pós-graduação), prof. Josuel Alfredo Vilela
29 Pinto (Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente –
30 CPPD/UFFS), prof. Gelson Aguiar da Silva (representante do Núcleo
31 Permanente de Pessoal Docente – NPPD *Campus* Chapecó), profa. Kelly
32 Benetti Tosta (Chefe de Gabinete), prof. Charles Schultz (*Diretor* do *Campus*
33 Chapecó), profa. Margarete Dulce Bagatini (Coordenadora Acadêmica do
34 *Campus* Chapecó), prof. Leonardo Santos Leitão (Presidente do NPPD
35 *Campus* Chapecó), prof. Paulo Hartmann (Presidente do NPPD *Campus*
36 Erechim), Ivann Carlos Lago (Coordenador Acadêmico do *Campus* Cerro
37 Largo), profa. Alessandra Müller Germani (Coordenadora Acadêmica e
38 Presidente do NDDP *Campus* Passo Fundo), prof. Antonio Marcos Myskiw
39 (Presidente do NPPD *Campus* Realeza), além de demais docentes da UFFS e
40 servidores representantes da Secretaria Especial de Gestão de Pessoas
41 (SEGEP). Após conferido o quórum, o Presidente da CGRAD abriu a sessão e
42 justificou a realização da reunião conjunta, comunicando que além dos
43 conselheiros das duas câmaras, foram convocados e estavam presentes o
44 presidente da CPPD, prof. Josuel Vilela Pinto; os presidentes dos NPPDs dos
45 campi Chapecó, Realeza, Erechim, Passo Fundo e Laranjeiras do Sul.
46 Também foram convidados os Coordenadores Acadêmicos e Diretores de
47 *Campus*, além de representantes da SEGEP, por recomendação da própria
48 CGRAD, sendo parte atuante na liberação do corpo docente para capacitação.
49 O Presidente da CGRAD declarou que o pedido de esclarecimentos que
50 justificava esta sessão vinha a partir de um conjunto de informações que
51 chegaram na última sessão ordinária da CGRAD, dia 28 de agosto, a partir de
52 uma indicação do conselheiro Edemar Rotta, Diretor do *Campus* Cerro Largo.
53 Foram apresentados relatos de algumas situações que deixaram os
54 conselheiros preocupados com o andamento do processo de afastamento para
55 capacitação docente e, por conta disto, antes de tomar qualquer outra



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

56 iniciativa, julgou-se por bem ouvir a CPPD para esclarecer as situações e
57 apresentar um relatório de suas atividades. A partir dos relatórios recebidos, o
58 Presidente da CGRAD fez uma breve apresentação de alguns pontos
59 importantes: 1. Plano Institucional Afastamento para Capacitação Docente
60 (PIACD) - há um desacordo entre o que está publicado na página da CPPD e o
61 que está previsto na Resolução Conjunta 01/2013 CONSUNI/CGRAD/CPPG,
62 segundo a qual o PIACD deve ter um diagnóstico do corpo docente no *campus*,
63 indicar necessidades e prioridades de capacitação, vinculada à melhoria das
64 atividades de ensino, pesquisa e extensão, critérios adotados e um
65 detalhamento do período e da modalidade de afastamento. O que está
66 publicado é uma listagem de manifestação de interesse de docentes em fazer
67 capacitação. Explicou que, neste ano, a universidade precisa fazer o
68 recredenciamento enquanto instituição universitária e um dos critérios é
69 oferecer pelo menos um curso de doutorado e quatro mestrados, e a UFFS não
70 tem doutorado ainda. Ressaltou que o PIACD deveria olhar para este
71 problema, indicando áreas prioritárias de capacitação docente, para as
72 necessidades da instituição e, a partir destas necessidades, pode fazer uma
73 aproximação com as vontades e necessidades pessoais dos docentes. O
74 entendimento era de que, para os afastamentos a partir de 2014.2, era possível
75 operar com um plano ainda não acabado, mas o que se verifica é que já há
76 decisões de que o plano que está publicado é para o biênio 2014/2016. 2.
77 Preocupava o corpo docente o fato de que foi feita uma consulta através de um
78 e-mail, para levantar demanda, no entanto, isto foi transformado num edital e
79 quem não respondeu a esta consulta, não pode mais sair para capacitação no
80 biênio 2014/2016. 3. Sobre o relatório enviado pelo *Campus* Realeza, o que era
81 uma consulta foi apresentada numa sessão do Conselho de *Campus* dia 16 de
82 junho de 2014, e a conselheira Izabel Soares, que pertencia ao NPPD daquele
83 *campus*, esclareceu que a planilha apresentada ainda não constituía um plano,
84 e sim uma apresentação dos dados para conhecimento dos conselheiros. Já na
85 ata da sexta reunião ordinária da CPPD, realizada dia 16 de julho, estava



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

86 registrado que os campi Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza
87 tinham seus planos aprovados na última reunião e na última reunião, não havia
88 registro de aprovação alguma. 4. Tramitação dos processos de capacitação,
89 com base nos afastamentos já aprovados - verificou-se prazos curtos entre o
90 protocolo do processo e a aprovação da CPPD, além de os pareceres não
91 esclarecerem por que a necessidade de tramitação urgente de um processo e
92 de outro não. Também não esclareciam se o afastamento era a partir da data
93 solicitada ou a partir da data da publicação da portaria. 5. Descumprimento, de
94 certo modo, com algumas regras do próprio funcionamento da CPPD,
95 estabelecidos na resolução que a criava. Todas as reuniões, independente de
96 serem ordinárias ou extraordinárias, deveriam ser convocadas com três dias de
97 antecedência e algumas tinham sido convocadas com tempo inferior a isso.
98 Convocações informais, por e-mail, e realização de uma reunião para alterar
99 uma ata, porque se verificou, tardiamente, que não havia quórum mínimo para
100 aquela reunião. De maneira geral, eram estes os fatos e que poderiam ser
101 esclarecidos aqui. O Presidente da Câmara de Pesquisa e Pós-graduação,
102 prof. Joviles Trevisol, se pronunciou destacando alguns pontos citados pelo
103 Presidente da CGRAD, disse que presidiu a comissão e que demoraram quase
104 dois anos para elaborar este regulamento, sendo um assunto de interesse de
105 toda comunidade acadêmica. Foram estudadas peças de diferentes
106 instituições, e foram tomadas algumas decisões, entre elas, incorporar no
107 mesmo documento a política de afastamento e o regulamento. Explicou que a
108 política é construída via PIACD, tendo participação muito forte das
109 coordenações acadêmicas que, em conjunto com as coordenações de cursos
110 de graduação e pós-graduação, deviam construir um plano. O que chamou
111 atenção, em alguns campi, era que o plano tratava-se de uma relação de
112 docentes, e não era isto que foi aprovado na resolução e nem debatido na
113 comissão. Enfatizou que o plano era uma política e precisava ser pensado de
114 uma forma mais ampla. O segundo ponto levantado por ele foi que, pelos
115 relatos ouvidos, as coordenações acadêmicas não desenvolveram seu papel



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

116 estabelecido, sendo importante atender as necessidades do *campus*.
117 Finalizando, relatou que alguns professores que não tinham aprovado seu
118 afastamento, nem portaria publicada, se afastaram da instituição, inclusive
119 realizando mudança de residência. Havia desencontros e ruídos de toda ordem
120 e a reunião de hoje serviria para esclarecer todos os fatos, cabendo à CPPD
121 zelar e implementar aquilo que estava aprovado neste regulamento. Reforçou
122 que as câmaras estavam dispostas a construir as melhorias e ajustes
123 necessários ao documento. O prof. Josuel, Presidente da CPPD, tomou a
124 palavra, agradeceu o espaço e explicou que a CPPD era uma comissão nova,
125 criada em novembro de 2013 e iniciou seus trabalhos em abril, com a posse
126 dos membros. Foi eleito presidente e como comissão nova, era preciso criar
127 quase tudo, inclusive os parâmetros para os docentes. Tinha claro cinco
128 objetivos para o NPPD de Laranjeiras do Sul e em consequência, para a
129 CPPD: estabelecer o fluxo de progressão e promoção, pois estavam quase
130 todos parados; estabelecer uma resolução definitiva de progressão e
131 promoção; estabelecer o PIACD; estabelecer uma minuta de discussão em
132 relação à metodologia de remoção e redistribuição na UFFS e por fim,
133 mudança de regime de trabalho dos docentes (DE passar para 40h e de 40h
134 para 20h). Explanou sobre várias ações da CPPD e, a respeito do PIACD,
135 ressaltou que foi criada comissão para trabalhar nisso. Sobre a resolução
136 conjunta e sobre os afastamentos, trabalharam com base na informação de
137 que era possível a contratação de professor substituto (com limite de 20%) e no
138 PIACD se tinha limite de 15%. Retomou como se deu o histórico da suspensão
139 dos afastamentos, por decisão da CGRAD, e também memorando enviado à
140 CPPD comunicando da decisão e convocando para reunião. Em relação a
141 como foi construído o PIACD, projetou aos conselheiros e explicou que era
142 algo delicado de ser operado; sendo um processo bianual, foi antecipado para
143 2014.2 por um pedido do Reitor e elaborado de forma criteriosa por
144 representantes dos NPPDs dos campi. Afirmou que os trâmites seguiam o
145 estabelecido no Art. 7 da Resolução, sendo encaminhado memorando para as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

146 coordenações acadêmicas com orientações e cronograma (encaminhar e-mail
147 para professores) e o objetivo claro era que no máximo em quatro biênios,
148 todos os professores que quisessem afastamento seriam contemplados. Os
149 planos foram encaminhados em todos os campi e considerados os critérios
150 apontados no Art. 6, foi criado o afastamento para doutorado (30 meses), para
151 mestrado (12 meses) e para pós-doutorado (até 12 meses). A solicitação de
152 renovação seria concedida mediante avaliação e a liberação para capacitação
153 docente deveria seguir os seguintes aspectos: área do curso pretendida,
154 consonância da solicitação ao previsto no plano institucional, ao número de
155 docentes afastados, o tempo de efetivo exercício do servidor até sua
156 aposentadoria e adimplência administrativa. Segundo ele, os critérios de
157 desempate utilizados foram: maior tempo de vínculo de magistério na
158 universidade, mais tempo de serviço público federal no magistério, tempo de
159 solicitação e idade do interessado. Foi elaborada e encaminhada à SEGEP
160 uma minuta para regulamentar a contratação de professor substituto, para
161 avaliação e posterior encaminhamento ao CONSUNI. Ressaltou que sem a
162 manifestação de interesse em solicitar afastamento, por parte do docente, não
163 era possível fazer um plano. Diversos fatores foram levados em consideração
164 na demanda apresentada e montado um cronograma por NPPD. Enfatizou que
165 todo o PIACD foi estabelecido de acordo com o que mandava a resolução.
166 Sobre os questionamentos feitos pelo Presidente da CGRAD, respondeu o
167 seguinte: sobre o processo aberto no dia 23, no dia 24 já estavam com o
168 processo em mãos, quando a CPPD emitiu seu parecer e encaminhou ao
169 Gabinete do Reitor. No caso do pedido protocolado dia 30, ele não chegou às
170 mãos da CPPD, o que atrasou a avaliação, além das férias dos membros do
171 comitê central. Afirmou que já estavam atingindo os objetivos propostos de
172 trabalho, em cinco meses de atuação, com muito esforço e dificuldade.
173 Enfatizou seu intuito na presidência da CPPD como basicamente suprir as
174 necessidades que os docentes viviam e disse que a CPPD estava aberta à
175 sugestões, à reformulações e o PIACD foi elaborado de forma transparente,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

176 sem nenhum ganho pessoal na sua condição de presidente. Foi feita uma
177 rodada pelos campi, para que os presidentes de núcleo pudessem se
178 manifestar, iniciando pelo Presidente do NPPD do *Campus* Erechim, prof.
179 Paulo Hartmann, que relatou as atividades desenvolvidas naquele *campus*,
180 inclusive o PIACD, que foi elaborado pela coordenação acadêmica e aprovado
181 no Conselho de Campus. O Presidente do NPPD Realeza, prof. Antonio
182 Myskiw, esclareceu que não constava no relatório produzido por ele, a ata da
183 reunião do Conselho de *Campus*, que tratava da apresentação e aprovação do
184 plano de afastamento. Relatou que os trabalhos estavam sendo feitos a
185 partir dos encaminhamentos dados pela CPPD, inclusive o planejamento e
186 levantamento dos interessados. A pressa em definir os afastamentos para
187 2014.2 proporcionou um tempo muito curto para levantar os dados e alguns
188 professores não deram a devida importância ao e-mail recebido. Trabalhavam
189 com a ideia do plano de capacitação, a partir das demandas dos docentes que
190 já estavam em processo de doutoramento, mas também com algumas
191 demandas de interessados. No seu entendimento, não foi amadurecido o
192 debate institucional, quais seriam as reais demandas do *campus*,
193 salvaguardando os interesses dos professores em capacitação. O
194 representante do NPPD Chapecó, prof. Gelson Aguiar da Silva, enfatizou que
195 esse processo era muito delicado e demorou certo tempo, em virtude das
196 funções legais. Afirmou estar muito tranquilo, que todas as reuniões realizadas
197 foram em conjunto com a coordenação acadêmica, inclusive partindo dali o e-
198 mail de consulta aos professores. Citou que a resolução tinha algumas
199 incongruências, inconsistências que precisam ser discutidas, mas que mesmo
200 assim poderia ser operacionalizada neste momento. Afirmou que o NPPD
201 Chapecó em nenhum momento participou da reunião do Conselho de *Campus*,
202 onde foi aprovado o PIACD de Chapecó, apenas depois trabalhou com os
203 dados aprovados. Esclareceu que todos os pareceres emitidos em favor das
204 liberações de afastamentos foram baseados em várias conversas com o Reitor
205 e Vice, da efetivação da contratação, através de concurso, para o banco de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

206 professores equivalentes. Essa discussão foi conjunta com a coordenação
207 acadêmica do *campus* e o fluxo segue o estabelecido na resolução.
208 Demonstrou preocupação ao fato, citado pelo memorando da CGRAD, que a
209 CPPD e NPPDs liberaram professores, pois isso, segundo ele, não existia, pois
210 dependia da assinatura do Reitor e em nenhum momento foi dada autorização
211 “informal”. A Presidente do NPPD Passo Fundo, profa. Alessandra Müller
212 Germani, também relatou as atividades desenvolvidas e destacou que tanto a
213 CPPD como os NPPDs eram novos, estavam em estruturação e ainda havia
214 processos administrativos a serem definidos. No Campus Cerro Largo, o
215 conselheiro Edemar Rotta informou que o presidente do NPPD e mais alguns
216 membros pediram afastamento da comissão, e que não estava em condições
217 de apresentar as atividades desenvolvidas pelo NPPD. Após, passou-se a uma
218 rodada de pedido de informações e esclarecimentos pelos conselheiros. O
219 conselheiro Edemar Rotta ressaltou que, conforme a legislação, o papel da
220 CPPD e dos NPPDs, era de uma comissão de assessoramento e não de
221 definição. Também citou que a solicitação de esclarecimento não foi
222 respondida totalmente, relativo ao procedimento adotado para elaboração do
223 PIACD. O coordenador acadêmico do *Campus* Cerro Largo, prof. Ivann Lago,
224 referiu-se a dois ofícios encaminhados pelo Conselho do *Campus* Cerro Largo
225 à CPPD, que remetiam decisões e as planilhas solicitadas, enfatizando que
226 continham informações docentes, e que não deveriam ser tratadas como
227 PIACD, eram informações para subsidiar o processo de formação do plano e
228 não como sendo o plano do *campus*. Segundo ele, os artigos 6 e 7 da
229 resolução conjunta, citados inclusive pelo Presidente da CPPD, lhe parecia que
230 não foram cumpridos, principalmente no que se referia aos fluxos. O que a
231 coordenação acadêmica recebeu foram planilhas e orientações, estabelecendo
232 prazos para devolução de informações. O e-mail foi encaminhado aos docentes
233 pela coordenação acadêmica, mas ela não decidiu nada. Afirmou que não
234 receberam orientações, não participaram de nenhum debate, não tinham
235 nenhuma definição de como deveria ser feito e jamais falou-se em diretrizes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

236 para elaboração do plano. Sobre as diretrizes, gostaria de ouvir o Presidente
237 da CPPD neste sentido, pois disse que seria impossível elaborar um plano de
238 capacitação de afastamento sem os pedidos individuais dos professores. Na
239 sua opinião, existia um grande equívoco na compreensão deste processo, pois
240 se estava concebendo o plano de capacitação como o somatório de desejos
241 individuais, partindo daí para compor uma projeção institucional, quando se
242 deveria fazer o contrário. Registrou que o NPPD de Cerro Largo pediu
243 demissão em massa por conta da dificuldade e pressão sofrida no *campus*,
244 pelos professores que cobravam isso e da dificuldade de conduzir os trabalhos
245 na CPPD. Reafirmou que o que existia não era PIACD e perguntou se as ações
246 tomadas até agora, com relação à legalidade, constituíam preocupação para a
247 CPPD e as câmaras. Em seguida, tomou a palavra o Diretor do *Campus*
248 Chapecó, prof. Charles Schultz, concordou com a fala anterior e observou que
249 tinha algumas dúvidas com relação à composição do NPPD e quem
250 representava o *Campus* Chapecó, pois não sabia quem era o presidente de
251 fato. Também citou que constantemente o vice-presidente substitua o
252 presidente do NPPD Chapecó e não havia menção de justificativa ou
253 impedimento do presidente do NPPD. O suplente do presidente no NPPD
254 representava o presidente dentro da CPPD, várias questões que acabavam
255 influenciando o quórum das reuniões. A conselheira Rosane Binotto, também
256 representante do NPPD Chapecó, colocou sua preocupação pois, quando
257 chegou ao núcleo, tinham que trabalhar numa tabela que iria compor o plano, a
258 tabela estava incompleta e mesmo assim foi aprovada no Conselho de
259 *Campus*; o NPPD analisaria aquela tabela e tinha certa responsabilidade sobre
260 os rumos que tomaria. Também lhe preocupou a forma como foi feita a
261 consulta, através de e-mail; questionou o fato dos colegiados não terem
262 conversado entre si, no momento de preencher aquela planilha e a saída dos
263 professores impacta em várias atividades, além de sala de aula. O conselheiro
264 Vicente Ribeiro Neves comunicou que era suplente do presidente do NPPD
265 Chapecó, prof. Leonardo Leitão, e gostaria que fossem retomados os fluxos,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

266 tanto de elaboração do PIACD quanto dos processos de afastamento, porque
267 pelas falas parecia que isso não ficou claro. Segundo ele, a solicitação do
268 levantamento foi remetida ao âmbito dos campi, porque era sim a instância
269 adequada para pensar as diretrizes de capacitação do *campus*. No seu
270 entendimento, não seria possível a CPPD organizar previamente estas
271 diretrizes e por isso, o processo foi comandado pela Coordenação Acadêmica
272 e posteriormente, aprovado pelo Conselho de *Campus*. Houve aprovação dos
273 planos de afastamento dentro do *campus*, e lá deviam constar diretrizes e
274 outros elementos, e estes planos compuseram, posteriormente, o PIACD.
275 Sugeriu retomar qual o papel que a CPPD tinha na aprovação das saídas dos
276 professores, na emissão de pareceres sobre isso e que outros pareceres
277 existiam (da Coordenação Acadêmica, que remetia para a CPPD que ao fim
278 era encaminhado ao Reitor, para decisão final e homologação). O prof.
279 Leonardo Leitão, presidente do NPPD Chapecó, esclareceu que nas primeiras
280 reuniões do núcleo, enfatizou que tinha uma grande dificuldade em conciliar
281 suas atividades e questionou como trabalhariam a ausência do titular em
282 relação à chapa e em relação à vice-presidência, e não se chegou a um
283 consenso de como isso funcionaria. Explicou que trabalharam de forma
284 análoga ao Conselho Universitário, na ausência do titular, o suplente assumia.
285 A grande dúvida era em relação à presidência e vice-presidência, otimizaram
286 as condições de trabalho com as possibilidades de cada um, mas não sabia se
287 isso causou algum impacto no trabalho do NPPD. Atribuiu este ruído à troca de
288 coordenação acadêmica e direção do *Campus* Chapecó. O conselheiro Clóvis
289 Butzge complementou que em Realeza foi feito o encaminhamento solicitado
290 pela CPPD, no entanto, existia um vácuo neste processo, pois naquele
291 momento, o entendimento da Coordenação Acadêmica era de que o
292 preenchimento dos formulários originariam um levantamento que possibilitaria
293 iniciar os estudos para construir o plano de afastamento. O Presidente da
294 CGRAD solicitou que se tentasse esclarecer efetivamente a decisão da CPPD
295 de transformar uma lista de interesse em plano institucional, que não atendia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

296 efetivamente o que está previsto na resolução, e em que momento isso foi
297 decidido e comunicado aos campi. Também citou que o presidente da CPPD
298 disse que trabalhava para garantir um direito dos docentes, e ninguém aqui
299 tinha qualquer contrariedade a isso, pelo contrário, se estava trabalhando para
300 conciliar o direito do docente com o interesse institucional. Questionou, ainda,
301 como defender os direitos dos docentes se eles sequer foram informados de
302 que aquilo que foi um pedido de informações, era a única maneira de eles
303 garantirem este direito, se os docentes não deveriam ter sido melhor
304 informados. Após, passou-se a palavra ao prof. Josuel, para os
305 esclarecimentos: questionou quem definia qual a política desta instituição;
306 concordou que a CPPD era um órgão de assessoramento, não tinha
307 capacidade de afastar nenhum docente, emitia um parecer favorável ou
308 desfavorável, que chegava ao Gabinete do Reitor, cabendo-lhe a decisão final;
309 sobre as diretrizes, em discutir o desejo particular em relação ao desejo
310 institucional, encontrar estes dois desejos era extremamente difícil e dentro das
311 possibilidades de operacionalizar o PIACD, aqueles fatores de desempate,
312 acreditavam naquele momento, seriam os mecanismos menos onerosos e
313 difíceis de discutir. Explicou que o parecer da CPPD era apenas um dos
314 fluxos: o professor que tinha intenção de afastamento entrava no plano do
315 *campus*, depois era solicitado parecer da Coordenação Acadêmica,
316 adimplência administrativa e por fim, termo de compromisso. Argumentou que
317 a Coordenação Acadêmica tinha um papel fundamental neste momento, pois
318 quando o processo chegava nas mãos da comissão, era feita a conferência
319 destes pareceres. Se o parecer da coordenação acadêmica era desfavorável,
320 em nenhum momento a CPPD se colocava favorável a este afastamento. No
321 caso de parecer favorável, era emitido um parecer condicionado a todos os
322 outros. Sobre o PIACD, acreditava que a instituição tinha algumas prioridades,
323 mas era preciso defini-las. Destacou que se poderia construir algo novo, mas
324 questionou quais as diretrizes e como seriam definidas. Em relação à
325 presidência e vice-presidência do NPPD Chapecó, esclareceu que se o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

326 presidente não podia comparecer, o vice-presidente assumia sem problema
327 nenhum, tanto no comitê central como no NPPD. O Presidente da CGRAD
328 respondeu alguns questionamentos levantados por integrantes da CPPD,
329 afirmando que não tinha dúvidas de que o lugar adequado para discutir
330 prioridades de capacitação e as necessidades da instituição, para orientar a
331 elaboração do PIACD era o *campus*, como claramente estava definido na
332 resolução conjunta. Esclareceu que na referência encaminhada no memorando
333 à presidência da CPPD, sobre a existência de afastamentos não autorizados,
334 não havia indicação no texto de que isso de fato acontecia e por isso foi
335 chamada esta reunião, para esclarecimentos, e isso ficou esclarecido aqui
336 hoje. Com relação à interpretação que se fez no âmbito da CPPD sobre a
337 questão da presidência e vice-presidência, o entendimento que fizeram era
338 equivocado, pois o CONSUNI tinha presidente e não tinha vice-presidente, e o
339 vice-reitor só assumia a presidência quando estava no exercício da reitoria. Na
340 comissão era diferente, havia presidente e vice-presidente, que é quem
341 assume as funções de presidente quando este não está, mesmo que o
342 conselheiro suplente do presidente esteja, porque ele não é presidente, é
343 suplente do membro da comissão. O prof. Gelson tomou a palavra e
344 esclareceu que numa das reuniões, quando encontrava-se em férias, participou
345 como convidado, solicitando à secretária que fizesse a convocação em nome
346 do prof. Vicente, suplente do presidente, já que este não estava e o vice se
347 encontrava em férias. Finalizando, o Presidente da CGRAD explicou que no
348 final de 2013, a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação organizou o Pró-
349 doutoral, programa de capacitação docente da universidade, com vistas à
350 solicitação de bolsas dentro do edital do Pró-doutoral CAPES e ali havia um
351 plano de capacitação docente indicando áreas prioritárias. Afirmou que a CPPD
352 tinha conhecimento deste documento, e talvez este deveria ter sido o embrião
353 da construção de um plano institucional, pois ali foram ouvidos todos os campi
354 e tinha indicativos bastante pertinentes sobre áreas prioritárias, áreas de
355 interesse. O coordenador acadêmico do *Campus* Cerro Largo, prof. Ivann



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

356 Lago, retomou a palavra e citou novamente o memorando encaminhado pela
357 CPPD, que datava do dia 25 de maio com prazo para retorno dia 13 de junho, e
358 como tratava-se de um processo complexo, era quase impossível fazê-lo neste
359 espaço de tempo. Perguntou se era consenso que a CPPD não era instância
360 decisória, de quem foi a decisão de publicar aquelas planilhas como sendo
361 PIACD. O presidente da CPPD abriu mão de produzir novos esclarecimentos,
362 no entendimento de que era preciso fazer encaminhamentos nesta reunião.
363 Encaminhamentos: o Presidente da CPPG propôs dois encaminhamentos – 1.
364 Que a CPPD se volte novamente para construir o PIACD nos termos
365 estabelecidos pela resolução, principalmente no *Campus Cerro Largo*,
366 discutindo se o plano já existente será tomado como provisório ou será refeito.
367 2. Entendendo que havia problemas na resolução conjunta, em relação às
368 próprias atribuições da CPPD, era importante que ficasse claro que ela tinha
369 um papel de assessoramento, sugeriu que o documento fosse reestudado por
370 uma comissão, propondo ao CONSUNI uma reformulação. O Presidente da
371 CGRAD sugeriu os seguintes encaminhamentos: 1. Refazer o PIACD, dentro
372 dos termos da resolução conjunta, não apenas no *Campus Cerro Largo*. 2.
373 Rever a resolução, especialmente no que se refere à clareza das atribuições da
374 CPPD, mas também sobre fluxos e prazos. 3. Criar uma comissão de
375 conselheiros das duas câmaras, para fazer um estudo do relatório enviado pela
376 CPPD, porque havia indícios de descumprimento com relação às normas
377 institucionais. 4. Anular o pedido de cancelamentos feito ao Reitor, e retomar
378 os afastamentos para o segundo semestre de 2014, sendo que afastamentos
379 para 2015 e 2016 deviam aguardar o PIACD, que deveria considerar o projeto
380 Pró-doutoral já elaborado por esta universidade. O Vice-reitor, prof. Antônio
381 Inácio Andriolli, reforçou a necessidade de agilizar o trabalho para possibilitar o
382 afastamento dos docentes, informou que a comissão permanente de concurso
383 já estava trabalhando com os campi para agilizar ao máximo o processo de
384 contratação de professores substitutos para 2015. Lembrou que havia uma
385 série de processos na SEGEP aguardando deliberação por parte do Reitor e o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

386 primeiro encaminhamento concreto seria no sentido de atribuir essa aprovação
387 ao Reitor, que era a ele que caberia, mediante parecer do conselho de *campus*.
388 O conselheiro Edemar Rotta informou que em Cerro Largo estavam fazendo
389 debate no sentido da construção do plano e complementou a proposta do prof.
390 Braida, que se solicitasse a retomada das liberações desde que se
391 estabelecesse um fluxo que preservasse o cumprimento das resoluções. A
392 forma como estavam redigidos os pareceres da CPPD lhe preocupava e
393 propôs que fossem liberados os afastamentos até junho de 2015, porque boa
394 parte dos processos de seleção dos professores estariam sendo feito agora no
395 final do ano. A coordenadora acadêmica do *campus* Laranjeiras do Sul, profa.
396 Cladir Zanotelli, se manifestou dizendo que entendia que deveria ser feito este
397 planejamento institucional, estas discussões, mas ao mesmo tempo, o
398 processo em Laranjeiras do Sul ocorreu de forma tranquila e todos estavam de
399 acordo com aquele diagnóstico. Sugeriu que se mantivesse este PIACD nos
400 campi em que o conselho de *campus* considerar adequado, até fazer um
401 estudo, pois havia muitas situações em jogo e os colegas estavam com
402 expectativas. Afirmou que foi um trabalho exaustivo, legítimo, aprovado em
403 todas as instâncias e gostaria que permanecesse. O conselheiro Vicente
404 Ribeiro Neves ressaltou que ficou bastante claro para todos que não cabia à
405 CPPD, na consolidação de um plano institucional, modificar os planos de
406 afastamento dos campi. Sobre os afastamentos atuais, conforme estava
407 definido na resolução, era imprescindível o parecer da Coordenação
408 Acadêmica, o posicionamento dos colegiados e para 2014.2 isso ficava mais
409 explícito, por conta de ser uma regra de transição. Sobre o encaminhamento
410 solicitando informações aos docentes, explicou que foi dado de diferentes
411 maneiras em cada um dos campi, e não coube à CPPD emitir e-mail para todos
412 os professores. O diretor do *Campus* Chapecó, prof. Charles informou que
413 ontem o Conselho de *Campus* aprovou a solicitação do retorno da matéria do
414 PIACD (tabela) para que seja construído o plano, já constituída comissão para
415 iniciar os trabalhos. Sobre os afastamentos 2014.2, lhe preocupava o prazo do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

416 término dessas liberações, pois havia afastamentos de curta duração (retorno
417 no final do ano ou início de 2015) e outros com retorno em 2016/2017. Este
418 encaminhamento seria possível desde que fosse para afastamentos de curta
419 duração. O prof. Gelson esclareceu que no NPPD Chapecó, os pedidos
420 aprovados pela CPPD obedeciam o número de 15% do total de professores
421 que poderiam ser afastados, nenhum professor saiu além daquela lista. O
422 Presidente da CGRAD esclareceu que não era porque se estava tranquilo
423 sobre algo, que isto esteja correto, de acordo com as diretrizes institucionais,
424 com a legalidade. A tabela não era um plano de afastamento para capacitação
425 docente, porque não tinha diagnóstico como determinava a resolução, além de
426 não atender outros critérios, e precisava ser refeita. Foram retomados os
427 encaminhamentos propostos: 1. Retomada da elaboração dos PIACDs de
428 acordo com o previsto na resolução conjunta e se possível considerar o projeto
429 Pró-doutoral apresentado por esta universidade à Capes. 2. Revisão da
430 resolução conjunta, em especial o que se referia às competências da CPPD na
431 construção do PIACD além de fluxos e prazos. 3. Comissão para analisar o
432 relatório da CPPD para verificar a existência de irregularidades, para o devido
433 esclarecimento. 4. Retomar as liberações para afastamento docente, com duas
434 propostas, a partir de um parecer dos Conselhos de *Campus* e com o
435 estabelecimento de um fluxo. Sobre esta proposta, o Presidente da CGRAD
436 esclareceu que o problema do parecer da comissão era que ela dizia “autorizo”
437 e deveria dizer “recomendo”, porque quem aprova é o Reitor. Sobre a
438 manifestação da Coordenação Acadêmica, se já autorizou, teoricamente o
439 *campus* já foi ouvido. Agora, se havia algum processo aonde o *campus* não se
440 manifestou, entendia que deveria voltar para parecer final. Sugeriu que se
441 mantivesse o afastamento para 2014.2 por conta do impacto trazido pelo prof.
442 Charles. Sugeriu, ainda, que se mantivesse a suspensão da liberação para
443 2015 porque, mesmo que o professor venha a aprovar, isso não significa que
444 ele tenha obrigatoriamente que ingressar naquele curso. A portaria só vai sair
445 depois de o docente ser aprovado e não há problema com relação a isso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

446 Considerando que não houve nenhuma manifestação contrária com relação ao
447 encaminhamento 3 (comissão para analisar o relatório da CPPD), perguntou se
448 havia consenso e em havendo, foi considerado aprovado. Encaminhamento 2,
449 não havendo manifestações contrárias, foi considerado aprovado. Sobre o
450 encaminhamento 1, o conselheiro Vicente Neves destacou que não se tratava
451 dos PIACD, havia um plano institucional e os planos de afastamento por
452 *campus*. Cabia à CPPD um papel muito mais de compilação e sistematização
453 do que aprovação deles. Sugeriu que a redação seja alterada para “dos planos
454 de afastamento de *campus*”, atentando para os artigos previstos no artigo 6º. O
455 Presidente da CGRAD concordou com a alteração, perguntou se havia
456 consenso e não havendo manifestações, foi considerado aprovado. O
457 conselheiro Edemar Rotta sugeriu que fosse estipulado um prazo para o envio
458 das informações aos campi por parte da CPPD e devolução das mesmas. O
459 Presidente da CGRAD considerou a indicação adequada, mas afirmou que não
460 era possível definir prazos. A CPPD era quem deveria coordenar a elaboração
461 do PIACD e dos planos, de acordo com que o estava na resolução. Sugeriu ao
462 presidente da CPPD e ao Diretor do *Campus* Cerro Largo, que estava sem
463 representantes no NPPD, para não causar uma quebra de continuidade neste
464 processo, para que fizesse uma reunião com o núcleo para rever essa posição
465 dos membros, uma vez que muitas das questões que os levaram a pedir
466 afastamento estavam sendo hoje revistas e retomadas a partir desta reunião. O
467 conselheiro Martinho Machado Junior enfatizou que em Laranjeiras do Sul não
468 iriam refazer o trabalho, pois a comissão funcionou muito bem, todos os
469 professores foram avisados e quem não se inscreveu tinha consciência disso.
470 O Presidente da CGRAD considerou que se havia diagnóstico da capacitação
471 docente do *campus*, indicando as necessidades e prioridades da capacitação,
472 com os critérios adotados para o afastamento constante no regulamento, não
473 era preciso fazer trabalho algum, apenas enviar o que já existia, todavia, pelos
474 dados apresentados até agora, isso não foi feito. O conselheiro Martinho
475 solicitou que isso ficasse bem claro, pois uma nova consulta aos professores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

476 poderia acarretar problemas. O Presidente da CGRAD rebateu dizendo que o
477 *campus* é quem devia informar se havia problemas e citou casos de
478 professores que tiveram seu pedido de afastamento negado porque não
479 colocaram seu nome na lista. O conselheiro Vicente Neves propôs um prazo de
480 noventa dias para o trabalho de conclusão do PIACD, mas isso deveria ser
481 avaliado pela CPPD em conjunto com os NPPDs e as coordenações
482 acadêmicas, para ver a viabilidade. No último encaminhamento, 4, era preciso
483 definir as liberações para 2014.2, porque muitos professores já deveriam ter se
484 afastado e o processo estava parado, e se seriam incluídos os afastamentos
485 2015.1 e a necessidade de parecer do *campus* naqueles casos em que a
486 coordenação acadêmica já se manifestou. O *campus* Cerro Largo acabou
487 retirando a proposta para 2015.1, entendendo o impacto que isso poderia
488 causar em alguns campi. O conselheiro Vicente Ribeiro Neves considerou que
489 o parecer da Coordenação Acadêmica era suficiente, preservando a
490 possibilidade de recurso no âmbito do conselho de *campus*. O Vice-reitor,
491 considerando a manifestação de Cerro Largo, concordou com o
492 encaminhamento de que todos aqueles casos com parecer da Coordenação
493 Acadêmica, não havia necessidade de retornar. O Presidente da CGRAD
494 esclareceu, ainda, que neste encaminhamento se mantinha a suspensão dos
495 afastamentos para 2015, o que não significava que aqueles processos
496 precisavam ser reiniciados. O diretor do *Campus* Chapecó, prof. Charles,
497 ressaltou que sobre o pareceres da Coordenação Acadêmica que
498 acompanhou, o parecer foi dado favorável condicionado a uma série de fatores,
499 e muitos deles poderão retornar. O presidente da CPPD considerou o
500 encaminhamento 3 como um inquérito, gostaria que nestes encaminhamentos
501 não fossem criados problemas omissos para a CPPD. Também levantou que a
502 retomada desta questão e a contratação de substitutos, serão criadas várias
503 regras e cronogramas e em alguns campi, não existirá 15% de pedidos de
504 afastamento. O Presidente da CGRAD esclareceu, sobre esta última questão,
505 que o PIACD tinha que se pronunciar, pois se um *campus* não usava as suas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

506 vagas, a instituição não poderia deixar de fazê-lo. Em segundo lugar, a
507 comissão que estava sendo criada não era de inquérito e sim uma comissão
508 para analisar um documento recebido pelas câmaras e, se for identificada
509 irregularidade, serão solicitados os esclarecimentos. Afirmou que não se podia,
510 diante da situação, continuar autorizando afastamentos correndo o risco de
511 incorrer em problemas para a instituição. O conselheiro Vicente Ribeiro Neves
512 declarou que os afastamentos estariam restritos a 2014.2, então qualquer
513 afastamento, mesmo se solicitasse um período maior ainda em 2014.2, seria
514 restrito neste período. Solicitou que se os afastamentos já realizados, e que
515 vão até 2015.1, teriam que ser revistos também. O Presidente da CGRAD
516 esclareceu que a proposta era retomar as liberações para 2014 e não durante
517 2014, incluindo aqueles com tempo maior; os afastamentos que se iniciariam
518 apenas em 2015 é que estavam suspensos. O conselheiro Vicente Ribeiro
519 Neves ressaltou que os pareceres dados pela CPPD, inclusive os dados pelas
520 coordenações acadêmicas, se basearam nos levantamentos já realizados,
521 consideraram a lista e, se fosse aberto um processo de reconstrução dos
522 planos de afastamento dos campi, era provável que esta lista se modificasse;
523 considerou prudente que o afastamento fosse concedido até o final de 2014. O
524 Presidente da CGRAD disse que entendia a colocação, mas insistia que se
525 deveria resolver emergencialmente um problema criado pela própria
526 universidade, criando expectativas no âmbito do corpo docente de que haveria
527 afastamento ainda em 2014. Consultou se havia acordo no encaminhamento
528 de retomar as liberações para o semestre 2014.2, com adendo de que
529 naqueles que ensejavam ainda uma manifestação mais precisa do *campus*, de
530 ouvi-lo novamente. Foram colocadas duas propostas em votação: 1. Retomar
531 as liberações independentemente do tempo (proposta da mesa) ou 2. Liberar
532 os afastamentos por um prazo máximo de seis meses, apenas para 2014.2.
533 Em regime de votação, foi aprovada a proposta 1, com onze votos favoráveis.
534 Antes de concluir foram definidos os membros das comissões: para analisar o
535 relatório da CPPD, composta por João Alfredo Braida, Edemar Rotta e Vicente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

536 Ribeiro Neves; para revisar a resolução, composta por Joviles Vitório Trevisol,
537 Rosane Rossato Binotto e Vicente Ribeiro Neves, além de um representante da
538 SEGEP. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de
539 todos e encerrou a reunião às doze horas e quarenta minutos, da qual eu,
540 Debora Cristina Costa, Assistente da Pró-Reitoria de Graduação, lavrei a
541 presente Ata, que após aprovada, será devidamente assinada por mim e pelos
542 Presidentes das Câmaras de Graduação e de Pesquisa e Pós-graduação.
543 Chapecó, 12 de setembro de 2014.

UFFFS